COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO MINUANO
CNPJ 88.325.113/0001-08
Rua: Gonçalves Dias, 88 – Sala 1005 - Centro - CANOAS/RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano é uma instituição financeira cooperativa, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/09/1966 e tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Minuano.

A Cooperativa Minuano, em 31 de dezembro de 2022, está organizada com sua Sede em Canoas-RS e com 5 PAC's localizados nas dependências da Empresa AGCO em Canoas-RS, em Ibirubá-RS, Marau-RS, Mogi das Cruzes-SP e Santa Rosa-RS.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme Resolução CMN nº 4.933/2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de depósitos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e de dois bancos cooperativos, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76,

alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e as Leis do Cooperativismo n° 4.595/1964 e 5.764 de 16 de dezembro de 1971, Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009 e Lei Complementar 196/2022.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, provisão para contingências, perdas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativas contábeis.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2022 estão acompanhadas das demonstrações de 31.12.2021.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício do ano de 2022 e 2021 foi elaborada pelo Método Indireto, conforme Resolução nº 4.818 de 29/05/2020 do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras.

c) Títulos e valores mobiliários

O saldo desta carteira representa as aplicações efetuadas nos Fundos de Investimento dos Bancos Bradesco e Caixa Econômica Federal. Os rendimentos auferidos no Exercício de 2022 foram de R$ 1.951.301,41.

- **Operações de crédito**

As operações de crédito estão classificadas obedecendo aos critérios determinados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional, em função do modelo interno de avaliação de riscos e da quantidade de dias em atraso.

A distribuição destas operações por tipo de cliente e atividade econômica é de 100% a pessoas físicas. O total dos 10 maiores devedores soma R$ 1.103.624,61, representando 8,83% do total da carteira. O maior devedor deve R$ 210.533,91 representando 1,19% do PR da Cooperativa.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Outros Créditos

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens:

Edificações	4%
Móveis e Equipamentos	10%
Equipamentos de Comunicação	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%

h) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logicais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens (20%).

i) Redução ao valor recuperável de ativos

A cooperativa manteve os saldos dos bens registrados no Ativo Imobilizado e Intangível ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem seu valor recuperável.

j) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos.

l) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

m) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/2009 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

n) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas

estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Início	**Final**	**Início**	**Final**
Disponibilidades	143,91	524,32	1.294,55	143,91
Títulos e Valores Mobiliários	16.066.666,63	16.530.043,39	15.250.923,47	16.066.666,63
Total	**16.066.810,54**	**16.530.567,71**	**15.252.218,02**	**16.066.810,54**

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Exercício 2022	Exercício 2021
Cotas de Fundos de Renda Fixa	**16.530.043,39**	**16.066.666,63**
Total circulante	**16.530.043,39**	**16.066.666,63**

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos

Operações de crédito		Exercício 2022		Exercício 2021
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos Parcelados	**4.570.798,66**	**7.929.889,20**	**12.500.687,86**	**10.365.175,85**

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Nível de Risco Atraso	Créditos 31/12/2022	Provisão 31/12/2022	Créditos 31/12/2021	Provisão 31/12/2021'
A	10.585.721,86	52.928,80	9.384.441,48	46.922,21
B - 15 a 30 dias	1.143.658,82	11.436,58	697.933,40	6.979,33
C - 31 a 60 dias	643.307,68	19.299,28	222.600,09	6.678,00
D - 61 a 90 dias	19.065,84	1.906,59	5.261,79	526,18
E - 91 a 120 dias	3.708,18	1.112,46	645,82	193,75
F - 121 a 150 dias	9.342,57	4.671,33	1.739,65	869,83
G – 151 a 180 dias	4.229,59	2.960,72	807,32	565,12
H - Acima de 180 dias	91.653,32	91.653,32	51,746,30	51.746,30
Totais	**12.500.687,86**	**185.969,08**	**10.365.175,85**	**114.480,72**

- **Concentração das operações de crédito**

	2022	%	2021	%
10 maiores devedores	**1.103.624,61**	**8,83**	**718.495,38**	**6,93**

- **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	Exercício 2022	Exercício 2021
Saldo inicial	**114.480,72**	**264.264,86**
Constituição de provisão	**134.196,48**	**73.607,38**
Movimentação de baixados para prejuízo	**(62.708,12)**	**(223.391,52)**
Saldo final	**185.969,08**	**114.480,72**

No período foi baixado como prejuízo o valor de R$ 62.708,12. Houve a recuperação de R$ 115.680,05 deste exercício e exercícios anteriores.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	Exercício 2022	Exercício 2021
Desconto em Folha	**42.216,77**	**36.779,56**
Conta Telefônica de Associados	**57.147,02**	**62.526,26**
Adiantamento Férias	**936,68**	**5.030,75**
Adiantamento a Fornecedores	**181.285,81**	**182.001,08**
TOTAL	**281.586,28**	**286.337,65**

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	Exercício 2022	Exercício 2021
Despesas antecipadas	**5.535,96**	**6.613,42**

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	Exercício 2022			2021
		Custo Aquisição	Depreciação / Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	980.655,09	(242.610,89)	738.044,20	775.819,97
Instalações	10%	22.448,79	(11.978,79)	10.470,00	12.313,08
Móveis e equipamentos de uso	10%	196.678,57	(130.139,59)	66.538,98	81.746,90
Sistema de processamento de dados	20%	134.621,84	(109.795,61)	24.826,23	3.909,73
Intangível	20%	110.549,69	(92.816,14)	17.733,55	15.180,47
Total		1.444.953,98	(587.341,02)	857.612,96	888.970,15

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos a prazo:

Depósitos	Exercício 2022	Exercício 2021
	Total	Total
Depósitos a prazo	10.438.995,43	10.303.335,38

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	Exercício 2022	Exercício 2021
Sociais e Estatutárias	1.289.892,92	509.223,68
Fiscais e Previdenciárias	55.004,50	44.605,85
Provisão Despesas de Pessoal	139.993,57	164.429,62
Provisão Despesas Administrativas	28.896,07	22.458,57
Outros Pagamentos	1.304,87	3.634,80
Créditos de Ex-associados	296.724,18	187.710,93
Credores Diversos	2.024,02	2.365,46
Total Outras Obrigações	1.813.840,13	934.428,91

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- **Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes e está assim composto:

	Exercício 2022	Exercício 2021
Capital Social	**16.781.283,41**	**15.367.754,13**
Total de associados	**2.394**	**2.211**

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 1.413.529,28.

Houve integralização de Capital no valor de R$ 2.543.436,68. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R$ 1.007.803,02.

b) Juros ao Capital

No Exercício de 2022 foram provisionados Juros sobre o Capital aos associados no valor de R$ 1.281.105,82 o equivalente a 10% superior ao rendimento da poupança capitalizada do período.

NOTA 13 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	Exercício 2022	Exercício 2021
Receita Atos Não cooperativos	**3.183,44**	**3.518,53**
(PIS)	**(20,69)**	**(22,88)**
(COFINS)	**(127,33)**	**(140,74)**
(IRPJ)	**(236,67)**	**(152,78)**
(CSLL)	**(243,78)**	**(180,81)**
Resultado Líquido Atos Não Cooperativos	**2.554,97**	**3.021,32**

NOTA 14 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cooperativa Minuano considera o Gerenciamento de Risco prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia.

A Cooperativa está enquadrada no segmento S5, com isso, apresenta estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos. Assim, possui comitê de risco. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de liquidez, a alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A Cooperativa Minuano tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Gestão de continuidade de negócios.

II - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais, está associado a capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O risco de liquidez da Cooperativa Minuano possui uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na Gestão do Risco de Liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados

às melhores práticas de mercado e aprovados pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez da Cooperativa Minuano incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;

- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;

- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;

- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de Liquidez.

III - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

IV – Risco Social, Ambiental e Climático.

Na gestão de risco social, ambiental e climático nossa equipe atua diariamente promovendo atividades e operações que auxiliam nesse controle, seguindo as diretrizes do Regimento Interno da Cooperativa e a legislação vigente. Realizamos o mapeamento das operações e análise dos procedimentos específicos estabelecendo princípios fundamentais para mitigação desses riscos.

A gestão e controle dos riscos sociais, ambientais e climáticos determina os fatores de impacto relevante ao negócio da cooperativa, uma vez que esses riscos podem afetar a operação e continuidade. O comportamento da cooperativa frente aos riscos sociais, ambientais e climáticos é dimensionar a sensibilidade de seus produtos e serviços identificando a relevância e proporcionalidade em cada operação de crédito. Assim priorizando o comprometimento com a sustentabilidade econômica da instituição, promovendo o desenvolvimento e transformação social e reduzindo os impactos ambientais.

V- Informações Adicionais

Em obediência ao estabelecido na Resolução do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa Minuano implantou o sistema de controles internos, tendo como destaque:

- A realização de duas auditorias internas;
- A realização de uma Auditoria Cooperativa - EAC;
- Realização de auditoria, procedida por empresa independente, nas demonstrações contábeis;
- Avaliação, pelo Conselho de Administração, do risco mensal calculado pelo Comitê Interno, inclusive PLD/FT;
- Avaliação e classificação do risco de todas as operações de crédito;
- Em 23/09/2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a implantação dos manuais operacionais.

Para monitorar os riscos a que está exposta, a Cooperativa através do Comitê de Risco avalia mensalmente os índices de risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Também é avaliado o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Mensalmente é elaborada ata de reunião do comitê de risco com as conclusões. No encerramento de cada exercício é elaborado o Relatório de Gerenciamento de Risco Anual.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

	Exercício 2022	Exercício 2021
Patrimônio de Referência (PR)	17.719.452,58	16.246.482,13

NOTA 16 – SOBRAS LÍQUIDAS

Após transferir R$ 2.554,97 do resultado dos Atos não cooperativos para o FATES, o resultado de R$ 137.350,94 serviu de base para transferir 10% para o Fundo de Reserva Legal – R$ 13.735,09 e 5% para o FATES – R$ 6.867,55 com sobra líquida de R$ 116.748,30 e está registrada na conta "Sobras Acumuladas" para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

NOTA 17 – PLANO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL

A Cooperativa elaborou o Plano de Implementação conforme o artigo 76 da Resolução CMN Nº 4.966 de 25 de novembro de 2021. Ao iniciar a execução do plano foram estipulados alguns temas para compor o grupo de trabalho, são eles: Treinamentos; Concessão de crédito e provisões; Sistema; Políticas e Manuais; e Divulgação. Os responsáveis pelo desenvolvimento do plano são os profissionais do setor de Contabilidade, Risco, Gerência e Tecnologia da Informação. Assim é possível contemplar um grupo multidisciplinar com experiência em áreas complementares e distintas, proporcionando a avaliação e análise dos principais pontos de maneira completa e objetiva. Ao decorrer do próximo exercício novos pontos serão efetivados e as avaliações revisadas para a atualização e execução do planejamento.

NOTA 18 – PARTES RELACIONADAS

Em observância ao disposto da Resolução Nº 4818/2020 do Conselho Monetário Nacional, as operações ativas e/ou passivas efetuadas no âmbito das atividades da Cooperativa são realizadas apenas com os cooperados.

Referente aos diretores e conselheiros de administração e fiscal, relacionamos abaixo as operações ativas em RDC e empréstimos do Exercício de 2022:

	Valores
Total Empréstimos de Conselheiros e Diretoria concedidos no Exercício de 2022	**102.435,06**

	Valores
Total RDC de Conselheiros e Diretoria depositados no Exercício de 2022	**121.030,70**

	Valores	% Total carteira
Saldo 31.12.2022 - Empréstimos de Conselheiros e Diretoria	**146.947,70**	**1,17 %**

	Valores	% Total carteira
Saldo 31.12.2022 - RDC de Conselheiros e Diretoria	**1.716.770,09**	**16,44%**

	Valores	% Total carteira
Saldo 31.12.2022 – Quotas Capital de Conselheiros e Diretoria	**318.651,33**	**1,9%**

A Cooperativa mantém seus recursos excedentes aplicados em instituições financeiras. A Administração entende que os investimentos dos recursos disponíveis constituem-se em atos cooperativos, tendo decidido requerer judicialmente a não incidência dos tributos sobre a renda auferida. A renda auferida está sendo considerada como resultado do exercício e levada, juntamente com as sobras, para decisão da AGO.

Canoas, 31 de dezembro de 2022.

Cláudio Luis Schwade
Diretor Presidente

Wilmar Schroeder Junior
Diretor Administrativo

Luiz Antonio Hüttner
Diretor Responsável pela Área Contábil

Denise Ribeiro Pires
Técnico em Contabilidade
CRCRS: 094521/O-8
CPF: 595.616.100-00